



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES II
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

BRUNA RODRIGUES DE LIMA PRAXEDES

**SENTIDOS, SIGNIFICADOS E MEDIAÇÕES: EXPERIÊNCIAS DO
PROJETO ODISSEIAS LITERÁRIAS**

Artigo apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Professor Dr. Jefferson Veras Nunes

APROVADA EM ___ / ___ / ___

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Laiana Ferreira de Sousa (membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Esp. Italo Teixeira Chaves (membro)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

A presente pesquisa tem como foco analisar e compreender o impacto do Projeto Odisseias Literárias no ambiente do TRT-7, investigando de que maneira suas iniciativas de mediação e promoção da leitura literária contribuem para a conformidade e integração dos princípios da Agenda 2030 da ONU. Metodologicamente parte de uma pesquisa exploratória e qualitativa, a partir de uma revisão de literatura e um estudo de campo no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Os resultados evidenciam as ações do Projeto Odisseias Literárias, seu embasamento legal e institucional, além de sua relação com a Agenda 2030. Conclui-se, a partir disso, que a leitura e a escrita, mediadas de forma consciente, são importantes para o desenvolvimento humano e uma melhoria na qualidade de vida do trabalho.

Palavras-chave: Mediação literária. Projeto Odisseias Literárias. Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Agenda 2030.

Abstract

This work has the purpose of analyse and understand the impact of 'Projeto Odisseias Literárias' on the Regional Labor Court of the Ceará state, taking a look on how its mediation initiatives and literature reading promotion contribute to the accomplishment of ONU Agenda 2030 principles. Methodologically, it starts from exploratory and qualitative research, based on a literature review and a field study at the Regional Labor Court of the 7th Region. The results highlight the actions of the Literary Odisseias Project, its legal and institutional basis, in addition to its relationship with the 2030 Agenda. It is concluded, from this, that reading and writing, mediated in a conscious way, are important for development human resources and an improvement in the quality of working life.

Keywords: Reading mediation. Projeto Odisseias Literárias. Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. 2030 Agenda.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco analisar e compreender o impacto social do Projeto Odisseias Literárias no ambiente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-7), investigando de que maneira suas iniciativas de mediação e promoção da leitura literária contribuem para a conformidade e integração dos princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A origem da palavra mediação, do latim, *medius* corresponde em português ao adjetivo meio, ou aquele que está no meio ou entre dois pontos. Desse modo, a literatura tem sido uma importante mediadora entre o indivíduo e a sociedade ao longo do tempo. Por meio dela, o homem aprimora as relações com os outros, consigo mesmo e com o mundo cultural e social, como afirma Barroso (2006). A leitura é um processo de construção

de sentido, por meio da interação dinâmica entre o conhecimento do leitor e a informação sugerida pelo texto, além do contexto em que se dá a leitura.

Para os gregos, o sentido de ler envolvia colher, recolher, juntar, que no latim transformou-se em *lego*, ou seja, juntar horizontalmente as coisas com o olhar. Os latinos também usavam *interpretare*, mas com um significado ainda mais profundo, o de ler verticalmente, sair de um plano para outro, de forma transcendente. Neste sentido, a leitura sobre-excede o passar de olhos, transcende o visualizar, aventura-se nas descobertas para compreender o sentido pleno das coisas, como afirma Caldin (2003).

Se a escritura configura-se como um meio de registrar informações, a leitura configura-se como um meio de aquisição, e a mediação se mostra como ferramenta de ligação entre a leitura, a escrita e o leitor. Nesse sentido, a mediação envolve uma prática social fundamental e, como tal, exerce uma função que pode possibilitar o desenvolvimento da cidadania de um indivíduo.

Sendo a mediação uma das interações vitais da humanidade, o mediador proporciona ao seu leitor não só a absorção do conhecimento, mas também, amplia os horizontes culturais, permitindo-lhe adquirir experiências e trocas informacionais; assim, aguça a imaginação, bem como auxilia a compreensão de mundo acerca de si e do outro, suas emoções e sentimentos. A aprendizagem da leitura abre caminhos para a emancipação do indivíduo, cooperando de igual modo para a construção crítica do sujeito. Desta forma, a mediação caracteriza-se, ainda, como sendo uma prática de conscientização, visto que provoca a sociedade sobre a aquisição da leitura, permite a formação de leitores críticos e transformadores. Dentro do que se propõe, este trabalho almeja evidenciar a leitura como prática social, as diferentes concepções atribuídas ao conceito do que venha a ser a leitura e sua real importância.

Nesse sentido, aborda estratégias adotadas para o desenvolvimento do gosto pela leitura, recorrendo a uma visão contemporânea no que diz respeito aos conceitos teóricos acerca dela. O contexto da pesquisa está relacionado ao Projeto Odisseias Literárias, desenvolvido no âmbito do TRT-7, situado na cidade de Fortaleza. Dessa maneira, a pesquisa aborda também aspectos sociais e organizacionais do desenvolvimento da leitura no espaço laboral.

O TRT-7 se caracteriza como um órgão especializado na justiça e cidadania, cujo intuito é desempenhar uma função de receber, analisar, processar as informações e julgar, isto é, ter uma resposta concreta e justa no que tange ao Direito do Trabalho. À vista disso, a pesquisa tem como **objetivo geral**: examinar a influência do Projeto Odisseias Literárias no contexto do TRT-7, abordando suas ações de mediação e estímulo à leitura literária. E como **objetivos específicos**: a) Analisar como o Projeto Odisseias Literárias pode proporcionar o incentivo à

Leitura como fonte de prazer e entretenimento no ambiente laboral do Tribunal; b) Compreender a possibilidade de integração da leitura literária através de ações que visam a qualidade de vida no trabalho (QVT) e a garantia de direitos aos servidores do TRT-7; e, por fim, c) Perceber como a mediação literária realizada por meio do Projeto Odisseias Literárias pode ser identificada como uma estratégia educacional e cultural que contribui para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Como contribuição, a pesquisa almeja refletir sobre a capacitação do bibliotecário na mediação, o seu perfil e a sua atuação no mercado de trabalho desempenhando atividades relacionadas à leitura. Para tanto, a investigação foi desenvolvida na Biblioteca Aderbal Nunes Freire do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-7), que idealiza o Projeto Odisseias Literárias desde agosto de 2018 com o intuito de auxiliar na promoção de uma melhor qualidade de vida no trabalho através da mediação e prática da leitura literária. Tem como questão: **Como o Projeto Odisseias Literárias influencia o ambiente do TRT-7 por meio de suas atividades de mediação e estímulo à leitura literária, levando em consideração sua adesão aos princípios da Agenda 2030?**

A justificativa para a realização da pesquisa reside na curiosidade da autora em reconhecer a real necessidade da mediação da leitura e de que forma a leitura como uma prática social que dialoga com as necessidades das organizações que se dispõem a cuidar do outro e a tomar decisões acerca do direito à cidadania. Vale mencionar também, a preocupação que o referido Projeto tem com a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), presente na Agenda 2030 e seus objetivos, muitas vezes comprometida devido ao excesso de labor, e do entendimento da jurisprudência, da oferta constante das novas tecnologias presentes no seu dia a dia e da obsessão de captar informações. Portanto, atinge aspectos necessários aos níveis sociocultural, profissional, pessoal e científico.

2 LEITURA COMO PRÁTICA SOCIAL

A habilidade leitora inicia-se ao reconhecer signos. A leitura já iniciada, é uma atividade fundamental para a comunicação, seja ela para transmitir ou receber informações; sentimentos e conhecimento acerca do dos sujeitos e do mundo. É importante ressaltar a leitura como ferramenta não somente ligada à educação, e também como aspecto ligado diretamente ao meio social, cultural e político. A leitura percorre inúmeros contatos humanos, conecta nossa mente a diversas áreas da ciência e da arte. A ciência por sua vez, resultante dos estudos sociais, filosóficos e humanos nos traz através de experimentos e observações o quão a leitura

é inserida nos mecanismos do cotidiano, conflitando e ressignificando ações de relação profissional, familiar, romântica e os percursos da construção individual do ser.

Barroso (2006) defende que a leitura em sentido geral é um processo de vivência, de observação, de relação e de aprendizagem realizado pelo interesse do leitor. Assim a leitura é determinada por elementos internos ou subjetivos e por elementos externos ou objetivos. O livro e a leitura são figuras que tornaram-se inseparáveis quando se trata do ato de ler. Sendo assim, a biblioteca, como o lugar que propicia e fomenta a leitura e a informação, tem o papel fundamental de promover ações que incentivem a leitura como um hábito e uma prática social.

Nos atuais moldes sociais, com a hiperestimulação de aparelhos eletrônicos e redes sociais, é comum o afastamento do leitor dos livros, segundo a avaliação promovida pela OCDE. Contudo, este mesmo leitor e seu mediador não estão em moldes de obrigatoriedade de uma prática cultural em textos no papel em livros físicos, em leitura convencional. Existem níveis de leitura e tipos de leitores, devendo ser respeitada a liberdade de seus objetos e espaços para exercer sua função de leitor e mediador.

A leitura enquanto prática social se configura com a desenvolver de histórias vivas, que muitas vezes podem ser lidas no ato da observação, a construção do saber pode ser considerada através de mecanismos diferentes aos que nos são colocados como prática educacional. Evidentemente a educação tem mecanismos pedagógicos de ensino, embora aqui se trate da abordagem da leitura social, da leitura como imagem que é construída individualmente, a partir de observações, vivências, conhecimentos e compartilhamentos. Tal prática nos faz compreender que, como cita Paulo Freire (1989), o processo de leitura está além da decodificação da palavra escrita, sendo um processo maior e mais complexo em que a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

Afinal, ter acesso à escrita e à leitura nos vários espaços, nos vários formatos e nos mais variados tipos de texto é uma prática social que oportuniza o letramento dos sujeitos. O letramento ou literacia é compreendido a partir das práticas da língua escrita que acontecem em diferentes espaços sociais. Pode ser compreendido também como habilidades conectadas ao processo de ler e escrever, em diversos formatos e diferentes linguagens.

A leitura é exigida para o entendimento e compreensão do reconhecimento da escrita na composição da paisagem das cidades, dos símbolos e registros que compõem uma mensagem, conseqüentemente, dessa forma de comunicação denominada escrita, pode estar registrada uma comunicação verbal ou não verbal. Desde a antiguidade a escrita tem ocupado um lugar de destaque na comunicação dos indivíduos. Tais escritos representam os conceitos e as ideias

das sociedades da época. Foram esses registros que permitiram aos especialistas, arqueólogos e cientistas conhecer e descobrir muitas informações dessas civilizações e registrar e descrever a nossa história. Afinal, o reconhecimento destes escritos gráficos é a leitura genuína do que é intrínseco na comunicação.

Desse modo, é perceptível a importância de registros para o desenvolvimento social, científico e humano, embora seja ainda frágil a capacitação de educadores e mediadores no processo de letramento na alfabetização. Para que ocorra a valorização do letramento, tendo em mente o reconhecimento e a tomada de consciência do sujeito leitor, é fundamental que o leitor seja capaz de identificar e refletir, comunicar e absorver informações acerca do que foi decodificado na imagem, ou seja, tomar posse do processo de leitura. A sociabilidade e o letramento são aspectos que integram o processo de pertencimento dos sujeitos. Simmel (2006) aborda que a sociedade se estabelece como um produto das manifestações de contato social, na medida em que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros.

Pode-se afirmar que o ato de ler é o processo de construir significado a partir do texto. Para isso o leitor utiliza na leitura seus conhecimentos prévios, seus saberes linguísticos e textuais e o conhecimento de mundo. Deste modo, é a partir da interação desses conhecimentos que se consegue construir o sentido do texto (Portela; Santana, 2019, p. 26).

Desse modo, pode-se argumentar que a leitura é uma atividade que excede os limites do texto escrito, expandindo-se para a leitura do mundo e dos sujeitos como já falava Paulo Freire (1989) e conforme falamos acima acerca do processo de letramento. A leitura é uma prática social a ser muito explorada, assim como outras atividades humanas, ela deve ser constantemente atualizada como forma de ser valorizada e compreendida como uma construção da crítica social. O aprimoramento da leitura e do letramento oportuniza que os diálogos, os movimentos artísticos, a política, a religião e demais instâncias sociais sejam lidas e discutidas, de tal forma que o leitor tenha a oportunidade de atuar ativamente onde quer que esteja e se sinta pertencente a estes territórios.

A leitura promove não somente conhecimento e uma viagem literária, mas também o desenvolvimento social em que estamos inseridos. A leitura tem um papel fundamental em oferecer à sociedade a possibilidade de transformação. Para Portela e Santana (2019), em suma, a leitura favorece todo o processo de formação do indivíduo, possibilitando sua capacitação para o convívio e atuação social, política, econômica e cultural.

No que concerne à leitura e suas possibilidades, muito se discute acerca da compreensão leitora, das abordagens utilizadas, dos contextos em que estão inseridas e do que se compreende como fundamental para o sujeito. Para Barroso (2006), é por meio da leitura crítica que o texto literário pode se configurar num instrumento de grande relevância para se pensar o homem e o meio onde vivemos. De forma geral, trabalhar a mediação da leitura como prática do desenvolvimento humano e social nos espaços sociais é desafiador e inovador, uma vez que esses espaços são multivariados e heterogêneos. Além disso, os indivíduos que o compõem diferem, por exemplo, em aspectos como grau de instrução, renda, religião, raça, nível de acesso que têm à informação. Assim, é fundamental buscar uma construção social igualitária e justa.

2.1 Leitura Literária

Muito se fala sobre construir leitor e o gosto pela leitura, as discussões acerca do ato de ler são inúmeras: abordagens filosóficas, psicológicas e culturais. O que de fato define a leitura literária? É estar associada a um gênero específico de texto? Podemos sinalizar que a leitura literária impõe ao leitor uma posição e um comportamento diferentes daqueles que manifesta diante da leitura de outros gêneros, como uma notícia, por exemplo. Por que a leitura é um gosto que deve ser construído e não uma habilidade individual? Esses questionamentos nos fazem refletir acerca de que tipo de leitura literária nós realizamos e qual a razão de possuímos distinções entre tantas leituras.

A capacidade leitora, a aproximação de um gênero ou de uma característica na escolha do livro pode refletir a maneira do comportamento leitor. Podemos interpretar e ter escolhas pela formação em que foi dada ao leitor. O gosto pela leitura para os indivíduos adultos, ou seja, aqueles que possuem, de certo modo, seus hábitos construídos e políticas culturais consolidadas, é permanentemente os leitores críticos. Entretanto, como discutido acerca de influências cíclicas recebidas e distribuídas, nota-se que o poder de um hábito pode ser construído por uma mediação que traz a leitura como um novo aspecto, inicialmente não apresentado. Portanto, podemos compreender, sob a ótica de Portela e Santana (2019, p. 26),

[...] a leitura literária como elemento de aquisição da autonomia do sujeito, porque a leitura dialógica de uma obra literária proporciona ao indivíduo um contato com diversas realidades, com a vida cotidiana, que nem sempre é

percebida criticamente devido ao acúmulo de informações muitas vezes condicionadas para um determinado fim.

A literatura, tem um potencial relacionado à humanização, ao conhecimento, ao autoconhecimento, à formação cultural, a processos terapêuticos, entre outros. E o desafio para o mediador de leitura literária é criar oportunidades para que os leitores se expressem, acolhendo suas falas, ainda que estas se distanciem dos textos lidos. As mediações nas instituições públicas para servidores e público especializado pode ser um desafio, pois, além de tempo que vai na contramão da hipervelocidade a nós imposta pela cultura contemporânea do cansaço e esgotamento, necessitam de planejamento e conhecimentos específicos, disponibilidade e escuta atenta.

O homem poderá a partir de uma leitura literária diagnosticar processos individuais, até mesmo terapêuticos, incentivado e mediado através de quaisquer métodos. Ainda para os autores Portela e Santana (2019), para que se alcance a autonomia na leitura literária é necessário que o leitor e o texto dialoguem não apenas com palavras, mas com percepções e com sentidos colhidos do próprio mundo no qual se está imerso. A construção da leitura poderá ser desenvolvida por multimeios, a tecnologia favorece o contato com a leitura. Já em um contexto de ambiências desenvolvidas para mediar e facilitar o acesso, consideramos ainda o desenvolvimento de processos da semiótica.

Se partirmos do pressuposto de serem leitura e literatura elementos que se inter-relacionam num processo de coexistência, pensar a permanência e a sobrevivência da literatura, enquanto arte autônoma, própria da criação subjetiva do escritor e independente das amarras alienantes das práticas comerciais desenvolvidas pelos mercados, é, sobretudo, pensar a leitura dentro de uma perspectiva capaz de tornar a literatura viva e pulsante entre nós. Ou seja, é acreditar na possibilidade de emancipação do sujeito social, ser capaz de interferir e conduzir as próprias escolhas, a partir da literatura (Barroso, 2006, p. 54).

A literatura pode ser vista como uma ferramenta que auxilia a ligação dos indivíduos ao acessar práticas leitoras.

No processo de vivência da criação literária, a partir da leitura, dá-se uma desconstrução, na medida em que há uma desestabilização das verdades históricas, sociais e individuais culturalmente constituídas. Assim, pode se afirmar que é nesse processo de recriação que a literatura nos permite ver além do visível e, muitas vezes, além de nossa própria vontade: ler um texto literário é vivenciar novas experiências e expectativas (Barroso, 2006, p. 56).

Desse modo, sendo a obra literária uma construção artística, o importante não é somente o que o texto diz e sim como diz. As palavras são articuladas pelo autor e esse é o seu primeiro nível humanizador. Código e mensagem não se separam. A mensagem construída de forma humanizada e mediada possibilita condições de fruição literária, permitindo que cada um possa encontrar na leitura algo vinculado às suas próprias questões e apropriações singulares. Vale lembrar que a leitura literária, vista como instrumento metodológico, tem relação direta com processos de formação do indivíduo, colaborando para a formação da personalidade bem como para o conhecimento do mundo e do ser. Tais elementos – como o raciocínio lógico (associação, dedução, antecipação, inferência), até aspectos afetivos, emocionais, sensoriais, imaginativos, culturais e memória – interferem e por vezes são constitutivos da atividade leitora.

2.2 Mediação da leitura

A mediação como tema de pesquisa tem sido estudada ao longo dos anos por diversas áreas e com múltiplos olhares. No Brasil, especialmente nas últimas décadas, a mediação da leitura tem sido abordada com relevância especialmente na área da Biblioteconomia e Ciências da Informação, com o intuito de investigar como esta pode contribuir para minimizar dificuldades referentes às competências e habilidades leitoras enfrentadas na sociedade brasileira. Estas competências têm sido pesquisadas por organizações nacionais e internacionais, entre as quais podemos citar a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no desenvolvimento da pesquisa *Programme for International Student Assessment* (PISA). No Brasil temos como exemplo o Instituto Pró-Livro com a pesquisa *Retratos da Leitura*, que busca avaliar o comportamento leitor dos indivíduos e homenagear organizações que desenvolvem práticas de incentivo à leitura, com o objetivo de promover pesquisas e ações de fomento à leitura.

Como resultados destes estudos podemos notar que há um grande desafio para formar leitores, especialmente dentre os jovens, logo, vemos a necessidade de investimento nas esferas federal, estadual e municipal para se formar cada dia mais leitores. Acreditamos que o contato das pessoas com a literatura seja muito importante ao longo da vida, uma vez que os textos literários modelam a existência do ser humano mediante a experiência da realidade fictícia, possibilitando também reflexões de linguagem desses sujeitos. Todavia, tais efeitos dependem, também, das competências e habilidades leitoras de cada indivíduo, e também de seus conhecimentos prévios. Como afirma Barroso (2006), deve-se compreender uma leitura

literária que considere em análise o meio e o momento do homem na sociedade atual, bem como o processo de massificação inerente a ele, encontra relevância no espaço da discussão por ora evidenciada, não como utopia, mas como uma possibilidade concreta.

O papel do leitor, além de atuante, permeia o processo da linguagem deixando de ser um mero decodificador ou receptor passivo, passando a ser um mediador, construtor, um coautor da informação ou do texto, como vemos em Almeida Júnior (2009), quando cita também que a leitura é vista como imprescindível para a apropriação da informação, e o leitor, ao se apropriar da informação e do texto não o faz de forma passiva, age ativamente, construindo significados, como:

[...] a leitura é uma das preocupações da ciência da informação e que essa faz parte do núcleo da apropriação da informação. A informação por ser intangível, necessita um suporte para ser veiculada e apropriada e a decodificação desse documento pela leitura permite a apropriação da informação, possibilitando a transformação do conhecimento de quem lê. Esse processo é denominado pelo autor de mediação da informação (Guaraldo, ; Almeida Júnior,, 2010, p. 192).

Desse modo, nos últimos anos diversas instituições realizam atividades de mediação da leitura, propiciando às pessoas subsídios para ampliar sua cognição como também para que alcancem algum crescimento intelectual de modo a incrementar também a formação humana, desenvolvimento social em diferentes aspectos do cotidiano. Dentre as instituições de natureza privada que investem na promoção e no acesso à mediação leitora está o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Essas almeçadas instituições e outras tais como lojas físicas de diversos segmentos, como acessórios e calçados vêm investindo cada vez mais em atividades de mediação como forma de atribuir valor aos seus serviços e produtos assegurando que seu público esteja sempre conectado à empresa.

O mercado privado nos moldes atuais sofre com excedente competitividade, essa trazida principalmente pelas redes sociais e mercado capitalista de vendas *on-line*, a qual esmaga de forma desproporcional o mercado de pequenos negócios. Nesse contexto, muito se observa o uso de influenciadores para a mediação entre marcas e seus clientes, o que nos demonstra o potencial de conectar e estimular através daquele que medeia. Assim sendo, não somente sofre influência em instituições privadas e financeiras, mas a mediação gera influência, na leitura, no comportamento e escolhas leitoras, na construção do ser a partir das vivências leitoras e na ambiência no qual está inserido.

[...] é indispensável reconhecer a relevância da mediação da leitura na formação dos denominados leitores literários, ou seja, aqueles para quem a leitura constitui prática cultural, que lhes conduz à interação de puro prazer com o texto, bem distante da obrigatoriedade (Targino, , 2020, p. 6).

Sob esse cenário, se faz necessário compreender competências e habilidades do perfil mediador, visto que o profissional mediador pode e deve exercer suas funções em todo e qualquer momento em que seja percebida a necessidade informacional, como Almeida Júnior e Bortolin (2007, p. 8), definem:

[...] mediatório ou mediador é todo profissional que tem a responsabilidade de acompanhar um leitor durante a sua formação ou mesmo depois de formado (na medida em que a formação é contínua) quando em dúvida ou desencorajado, solicita uma sugestão.

Nesse sentido, a mediação da leitura funciona como canal através do qual o indivíduo desenvolve o gosto pela leitura, e adquire condições de interpretar como domínio das ações não só no campo dos direitos e deveres, mas em todas as instâncias do meio social, político e cultural. Outrossim, é que se vai da leitura do mundo à leitura da palavra escrita num ir e vir que se espera contribuir com o exercício de práticas leitoras visando à construção de leitores literários, críticos e criativos. Jesus e Gomes (2021, p. 4), afirmam que:

[...] a leitura pode provocar uma mudança perceptiva do leitor que o leva a uma transformação a partir da interação leitor-texto, constituindo-o como sujeito social. Essa interação incentiva o prazer pela mesma e desenvolve o senso crítico, proporcionando que o leitor reflita sobre o texto lido, questione sobre ele e analise-o.

Concluindo, é neste sentido que a prática leitora crítica da realidade, dá-se num processo de permissão, liberdade e letramento, associada, sobretudo a certas práticas de mobilização para mediar, e de organização, podendo constituir-se num instrumento para a formação cidadã do sujeito, do reconhecimento de signos e da leitura, antes da leitura da palavra.

A leitura possibilita, por meio do texto do outro, o encontro com esse outro, sua cultura e perspectivas de mundo e representa um ato de necessário respeito à alteridade. Ela também exige o comportamento ético, sem o qual seria impossível respeitar a alteridade (Jesus, ; Gomes, , 2021, p. 7).

Acerca da mediação da leitura, é importante registrar que nem todos os livros e leituras agradam os sentidos. Mas, se a leitura se inter-relacionar com as emoções do leitor, despertando-lhe sentimentos, outros aspectos do livro não são importantes, uma vez que o leitor entrará em outro nível de leitura, o emocional. Dessa maneira, o mediador e o leitor realizarão leituras de si, do outro e do meio, considerando sua atuação ativa de modo a contribuir para ressignificar os dispositivos de instâncias informacionais, culturais e sociais.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa segue os pressupostos metodológicos caracterizando-se por uma pesquisa com abordagem **qualitativa**, que possui resultados complementares, baseados em estudos que possibilitam diferentes desenhos metodológicos o que favorece uma completude na compreensão de uma abrangente interpretação do objeto de estudo. Raupp e Bauren (2006), dizem que a pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último. O aspecto qualitativo está relacionado à análise de conteúdo realizada com os dados que correspondem ao número de participantes presentes no Projeto, as obras publicadas anualmente, engajamento e apoios.

Em relação aos objetivos desta pesquisa, são compreendidos como **exploratórios**, de modo que busca aproximar o objeto investigado da pesquisa ao seu público, uma vez que sua aproximação possibilita a construção de hipóteses, esclarecimento de problemáticas possíveis. Segundo Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória é desenvolvida visando “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato [...] especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Refletir que as práticas do TRT-7 e demais instituições públicas são pouco conhecidas por aqueles que não possuem acesso, investigá-las e registrá-las possibilitará que a memória, informação e os aspectos culturais ali desenvolvidos sejam dessa forma problematizados.

Destarte, é necessário aprofundar-se nos conceitos que seguirão como guia desta investigação, tendo como seu delineamento **bibliográfico**, com fontes que forneçam subsídios já existentes, “são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (Gil, 2008, p. 147). A **pesquisa bibliográfica** abrangeu fontes de natureza

científica e documental, relacionando-as com a Agenda 2030, construção coletiva do *Instagram* e livros.

Para desenvolver os alicerces teóricos que sustentam esta pesquisa, elaborou-se a revisão de literatura com base em bibliografias recuperadas em bibliotecas, base de dados virtuais, além de repositórios. O **campo de pesquisa** onde houve a coleta de dados exploratórios é o TRT-7, na Biblioteca Aderbal Nunes Freire, um Tribunal Regional, vinculado à Justiça do Trabalho e ao Poder Judiciário, e que promove e disponibiliza o acesso a encontros e diálogos, de acesso aberto. O Projeto Odisseias Literárias iniciou com encontros remotos e hoje possui edições *on-line* e presenciais que cobrem diversos assuntos e áreas do conhecimento, de livros de literatura e/ou temáticas livres. A seguir dispõe-se a foto de um encontro do Projeto para ilustrar como se configura as edições:

Figura 1 - 32ª Odisseias Literárias



Fonte: Reprodução TRT-7/ Carlos Barbosa.

A figura um mostra um dos encontros do projeto Odisseias Literárias que ocorreu nas imediações do TRT-7. Além desse local, outros ambientes também são explorados dentro das possibilidades da organização

4 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO: ENTRE LEITURAS, MEDIAÇÕES E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Localizado na capital cearense, a Terra da Luz ou Capital Alencarina, em Fortaleza, o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, sendo este incumbido pela 7ª região, é responsável pelo julgamento de recursos contra decisões das varas do trabalho, ou seja, a segunda instância da análise dos processos. Faz parte da esfera do Poder Judiciário, dentro da organização dos Poderes Federais, está diretamente subordinado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

O edifício-sede utiliza uma bela construção, réplica da casa cinematográfica de “E O Vento Levou”, adquirida pela família Jucá, no início dos anos 70. Nele funcionam hoje a Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria, o Tribunal Pleno e as secretarias das Turmas. Dividido em anexos, o Anexo 1, com frente para a Rua Desembargador Leite Albuquerque, reúne todos os setores de atividades jurisdicionais, gabinetes de desembargadores, a Divisão de Cadastramento Processual (Protocolo), a Secretaria Judiciária, as Divisões de Cálculos e Liquidação Judicial, de Acórdãos e Recursos, a Divisão de Precatórios, a Secretaria de Tecnologia da Informação, etc. No Anexo 2, com entrada pela Rua Vicente Leite, estão os principais setores administrativos, a Escola Judicial, a Divisão de Comunicação Social e a Biblioteca. Composto também pelas Varas do Trabalho, localizada no Centro, na Avenida Duque de Caxias sendo estas a 1ª instância, as varas trabalhistas têm como função primordial julgar dissídios individuais, que são controvérsias surgidas nas relações de trabalho entre o empregador (pessoa física ou jurídica) e o empregado (sempre pessoa física). Esse conflito chega à vara na forma de reclamação trabalhista.

A jurisdição da vara abrange geralmente um ou alguns municípios, sendo competente para julgar o conflito trabalhista daquela localidade onde o empregado, seja reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado em outro local. A vara compõe-se de um juiz do trabalho titular e um juiz do trabalho substituto, além do diretor de secretaria e servidores. Atualmente, a Justiça do Trabalho no Ceará conta com 37 Varas do Trabalho, sendo 18 localizadas em Fortaleza e 19 nos municípios de Aracati, Baturité, Caucaia (duas unidades), Crateús, Eusébio, Iguatu, Juazeiro do Norte (três unidades), Limoeiro do Norte, Maracanaú (duas unidades), Pacajus, Quixadá, São Gonçalo do Amarante, Sobral (duas unidades) e Tianguá.

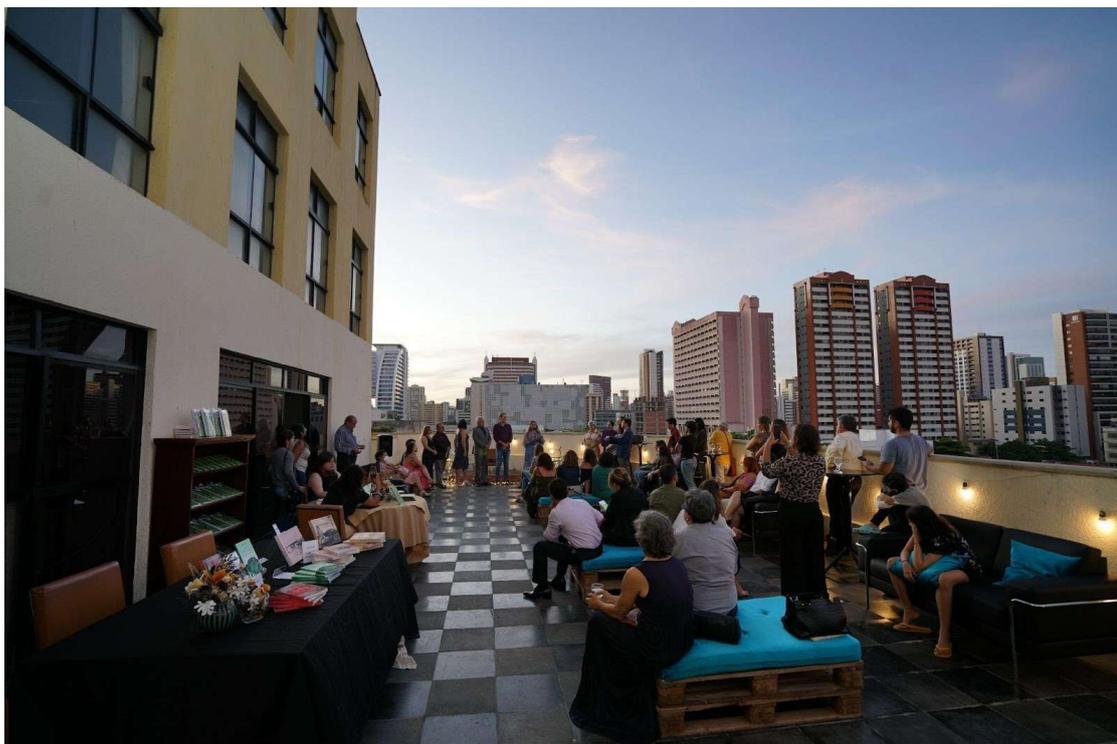
4.1 Projeto Odisseias Literárias

O Projeto Odisseias Literárias é um convite à partilha, é local de debate, crescimento e desenvolvimento de ser, de compartilhar impressões e experiências, sejam conhecimentos comuns, científicos ou filosóficos. O desenvolvimento de todo o Projeto ocorreu, inicialmente, pela Seção de Biblioteca, dando ênfase no contexto desafiante pandêmico da Covid-19, no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Nasceu pela observação humana e cuidadosa da Bibliotecária Gestora Rejane Maria Façanha Albuquerque. Durante a pandemia, como forma de não distanciar os usuários do gosto pela leitura e do contato com a Biblioteca teve seu planejamento atualizado.

É oficializado e regulamentado pelo TRT-7 como Projeto que compreende o conjunto de ações com a finalidade de estimular a prática da leitura e escrita literária para promover o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida, a fim de potencializar o desenvolvimento humano e cultural dos magistrados e servidores, proporcionando um ambiente de trabalho saudável. Embora o Projeto seja fundamentado em promover qualidade de vida e o direito à desconexão, muito se aprende durante o período de troca e compartilhamento. Considera-se também como instrumento de formação continuada, tendo em vista o processo de formação e desenvolvimento humano a partir da leitura. É disposto no Ato nº 143, de 16 de dezembro de 2020, da presidência do TRT-7, possui um comitê responsável pelos eventos e seu planejamento, que traduz de que forma deve ser coordenado o Projeto e e suas atribuições.

A construção dos encontros *on-line*, resultou posteriormente na necessidade de encontros também presenciais, esses últimos refletem especialmente a cultura do afeto, o cuidado, a atenção e o acolhimento. Os encontros mensais trazem temas livres ou debates relacionados à saúde, ao combate à violência de públicos mais vulneráveis, à reflexão da literatura sobre os assuntos retratados nas obras, em nosso cotidiano, à arte, à cultura e à valorização das produções artísticas. Além disso, o Projeto Odisseias traz anualmente a construção de um Livro, composto por uma coletânea de escritos de pessoas que fazem junto o Projeto Odisseias Literárias, através de contos, crônicas e poesias. A publicação da obra normalmente acontece também como forma de confraternizar as ações dos escritores, reconhecendo as habilidades e contribuições, bem como valorizar a ferramenta de qualidade de vida no trabalho.

Figura 2 - Lançamento da 4ª edição da Coletânea



Fonte: Reprodução TRT-7/ Carlos Barbosa

Para além do âmbito da mediação, o Odisseias visa à promoção do direito à desconexão, visto que o ambiente laboral exige dos servidores uma carga de trabalho exaustiva, em que a área fim dos processos judiciais é a vida do trabalhador. Nesse cenário, preocupa-se em gerar um bom convívio e ambiente de trabalho saudável para que os servidores consigam exercer suas funções de forma a garantir uma decisão justa e célere. Fundamentado pela legislação do TRT-7, tem como objetivos: estimular a prática da leitura literária; incentivar a escrita literária; possibilitar a conexão com as memórias afetivas e o resgate de talento literário por meio de escritas poéticas; propiciar um ambiente agradável e acolhedor na Seção de Biblioteca e no ambiente virtual para que magistrados, servidores, estagiários e terceirizados interessados se encontrem, interajam e se sintam motivados para as experiências de leitura literária; criar espaço para que os magistrados e servidores se expressem por meio da literatura; oportunizar, periodicamente, um Encontro Literário onde as pessoas possam ter contato com o melhor da literatura brasileira e universal, com a condução de um mediador de leitura, que dinamiza o momento provocando a interação e participação do público; estimular o interesse pelo autoconhecimento por meio de práticas de leitura literária; contribuir para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida do corpo

funcional da Justiça do Trabalho do Ceará; contribuir para o cumprimento da Agenda ONU 2030.

Figura 3 - 30ª edição “A Palavra Que Resta”: Stênio Gardel, autor da obra, e Jamille Ipiranga, mediadora do encontro



Fonte: Reprodução TRT-7/ Clóvis Cardoso.

O Projeto é gerenciado por um Comitê Gestor em parceria com a Seção de Biblioteca. Tem como integrantes do Comitê Gestor os nomeados pela Presidência do Tribunal mediante portaria. Ao Comitê Gestor compete: planejar, apoiar e acompanhar o Projeto Odisseias Literárias; avaliar o progresso e os resultados das ações desenvolvidas, com intuito de alinhá-las com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda ONU 2030 e as diretrizes da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho (PNRSJT); realizar ações de capacitação para aperfeiçoamento do projeto; estimular a participação de magistrados e servidores; vincular ações às datas comemorativas e campanhas voltadas à promoção da saúde; promover outras ações decorrentes do projeto.

Desse modo, podemos atribuir ao Projeto Odisseias Literárias a função de mediador, entre a qualidade de vida no trabalho (QVT) e a garantia de direitos aos servidores do TRT-7, no âmbito do Poder Judiciário. Ele é também a principal ferramenta de promoção à saúde do modelo de trabalho e construção social. Caldin (2001) ressalta a importância de tais práticas de mediação, pois a leitura dirigida, atrelada ao diálogo e às discussões em grupo, favorece a

interação entre os participantes. A partilha de sentimentos, vivências e valores é o que demonstra a forma como ocorre o projeto e sua eficácia, quando ocorre de fato a interação dos participantes com a temática, o interesse pela construção de debates de forma livre, mas construída por profissionais por indivíduos que possuem conhecimento não somente científico, mas através de vivências acerca do que é discutido.

Nessa perspectiva, ressaltamos Paulo Freire (1989) para que compreendamos que o processo de leitura e conhecimento está além da decodificação da palavra escrita, sendo um processo maior e mais complexo em que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Isto é, primeiro lemos o nosso contexto social, nossas histórias de vida, da nossa família, do nosso bairro etc. Posto isso, enfatizamos que todos somos leitores do mundo, mas que, em alguns contextos carecemos de incentivo e agentes mediadores tais como bibliotecários, educadores, pais, dentre outros para nos tornamos leitores literários ou de literatura. Importante ressaltar, que os agentes mediadores necessariamente são aqueles que influenciam não somente a leitura, mas a habilidade que o mediador possui em interagir e liderar. A abordagem da influência é discutida nas ciências sociais, como método natural e orgânico do indivíduo, haja vista que sua constante construção se dá pelo meio em que é inserido. Assim o sujeito está diariamente recebendo e doando influências acerca do seu comportamento, perspectivas e demais ações desenvolvidas na sua rotina. Dantas (2019), exemplifica que é possível ser mediador da leitura em uma festa, em uma roda de conversa entre amigos ou em qualquer outro evento, acrescenta ainda que para ser um mediador da leitura é preciso amor, entusiasmo e paixão ao se falar de leitura.

As ações do Odisseias Literárias são realizadas por meio de convênios e parcerias com instituições de ensino, empresas, instituições públicas e privadas, associações e sindicatos. Além disso, as unidades administrativas do TRT-7 deverão, no que for necessário e segundo suas atribuições, auxiliar na execução do Projeto Odisseias Literárias. As ações são amplamente divulgadas, utilizando-se dos meios de comunicação institucional, garantindo publicidade e oportunidade para participação dos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores, conforme o escopo de cada ação.

4.2 Desafios do projeto e sua relação com a legislação que assegura a cidadania

Uma série de documentos legais garantem a promoção do bem-estar e a qualidade de vida dos agentes envolvidos na atividade pública. O projeto Odisseias Literárias se enquadra entre essas atividades que visam a melhoria da qualidade de vida dos seus participantes.

A Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 201, de 3 de março de 2015, dispõe sobre a Implantação de Planos de Logística Sustentável no Poder Judiciário e que, em seu art. 6º, § 7º, aponta que a qualidade de vida no ambiente de trabalho deve compreender a valorização, satisfação e inclusão do capital humano das instituições, em ações que estimulem o seu desenvolvimento pessoal e profissional, assim como a melhoria das instalações físicas.

A Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020 dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e estabelece a necessidade de observar as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda ONU 2030.

A Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 229, de 23 de novembro de 2018 prioriza a gestão da saúde e da qualidade de vida como fator de sucesso para o desenvolvimento da gestão e da governança de pessoas.

O Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24, de 13 de novembro de 2014 instituiu a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho (PNRSJT) e seus Eixos.

O Acórdão TCU - Plenário nº 3023, de 13 de novembro de 2013 apontou ser a prática de ações de qualidade de vida no ambiente do trabalho promotora de benefícios para a saúde dos trabalhadores e, em consequência, para a Administração Pública.

A necessidade de Institucionalização da Agenda ONU 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e seu Alinhamento com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, inclusive em face do Pacto para sua implementação, firmado com a Organização das Nações Unidas (ONU) e com o Conselho Nacional do Ministério Público em 19 de agosto de 2019, durante o I Encontro Ibero Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário.

Além desses documentos legais, também o Plano Estratégico Institucional 2015-2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região descreve como primeiro objetivo estratégico “promover a melhoria de gestão de pessoas e qualidade de vida”, relacionando “políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano”; o Ato TRT-7 nº 94, de 27 de junho de 2019 trata do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e promoção de atividades que gerem impactos positivos na qualidade de vida dos magistrados e servidores.

5 Agenda 2030

A agenda surgiu através de um processo global participativo de mais de dois anos, iniciado em 2013 e coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU), construído por governos,

sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa. Sua implementação teve início em meados de 2015 e 2016, dando continuidade à Agenda de Desenvolvimento, hoje, com a participação de 193 Estados-membros visa atingir objetivos tão ousados que se faz necessário o plano de ação, pensado e desenvolvido para abordar uma série de desafios globais que a comunidade internacional enfrenta, buscando um futuro mais sustentável e equitativo. A Agenda 2030 foi criada a partir do reconhecimento de que o mundo enfrenta diversas crises e desafios interconectados, incluindo pobreza, desigualdade, gestão ambiental, mudanças climáticas, conflitos, proteção ambiental, saúde e bem-estar e suas demais parcerias.

Nesse contexto, o plano global para a ação oferece uma visão abrangente de como abordar os desafios mais urgentes do nosso tempo, integrando questões sociais, econômicas e ambientais. É uma chamada à ação para a construção de um mundo mais próspero até o ano de 2030. Funciona através de um plano composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cada ODS inclui metas específicas, seu total é de 169 metas associadas que fornecem diretrizes e visam orientar a ação, de forma clara, para o progresso. Ademais, a sociedade civil desempenha um papel fundamental na implementação da Agenda 2030, que prevê também revisões e avaliações regulares do progresso de seus desafios. Essas avaliações são conduzidas em nível nacional e global, e os resultados são utilizados para ajustar políticas e ações.

Desse modo, a promoção da saúde é uma parte fundamental da Agenda 2030, considerando essa em destaque para o Desenvolvimento Sustentável. Contudo, embora a Agenda 2030 não tenha um objetivo específico dedicado à saúde, ela está intrinsecamente ligada a várias ODS e suas metas. A saúde é abordada na Agenda inicialmente no objetivo 3, como: Saúde e Bem-estar. Seu objetivo é a garantia de uma vida saudável e a promoção do bem-estar para todos, em todas as idades, incluindo metas para reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater doenças infecciosas, prevenir doenças não transmissíveis e promover o acesso universal a serviços de saúde de qualidade.

É de fundamental importância referenciar nesta pesquisa algumas ODS, que justifiquem a validade das ações desenvolvidas e o motivo pelo qual são desenvolvidas. Nesse cenário, o ODS 8 dedicado ao crescimento econômico que leve à criação de empregos de qualidade e produtivos. Visa incentivar setores que geram empregos como o desenvolvimento de políticas que estimulem o empreendedorismo e a inovação, na busca do trabalho decente. Objetiva garantir a erradicação do trabalho infantil, redução da informalidade, entre outros aspectos. Nos faz observar que promover ambientes de trabalho que sigam resoluções acerca do ODS, favorece um trabalho saudável, para além disso é resultante da necessidade humana.

O ODS de número 16, da Agenda 2030, intitulado Paz, Justiça e Instituições Eficazes, visa promover sociedades importadoras, justas e inclusivas, bem como fortalecer as instituições em todos os níveis para alcançar um mundo mais seguro e equitativo. Os objetivos, embora sejam diferentes e segmentares, são interconectados. Considera-se que não há como promover a eficiência e a eficácia de instituições quando não há trabalho decente, que não promova e incentive ações de qualidade de vida. A justiça por sua vez não tem celeridade e transparência quando não há garantias do Estado.

[...] Nesse prisma, a informação, como insumo e produto, é a nova matéria-prima para o sucesso das grandes nações, tornando-se ponto focal para seletos grupos de privilégios. Cabe, então, ao profissional contemporâneo da informação agir como elo entre informação-usuário e o paradigma digital, reduzindo desigualdades de acesso aos meios e aparatos informacionais (Santos, Hellinton Staevie dos; Ferreira, Manuella Marinho; Passos, Naiara Raíssa da Silva, 2020, p. 430).

Tornar a Agenda 2030 uma meta a ser batida é garantir que todos tenham seus direitos assegurados, para isso cada ODS se faz necessária, devendo ser inserida e promovida dia a dia, inicialmente por meios onde há os maiores centros de informação e acesso à educação, para que esses transfiram e promovam o acesso aos que se tornam vítimas e vulneráveis na sociedade.

Figura 4 - Página do Instagram



Fonte: Reprodução Instagram

A página desenvolvida surge a partir da necessidade de comunicação e do plano de ação desenvolvido para que o Projeto seja divulgado, acessado e de fundamental importância para a criação de um contato próximo aos leitores, a mediação abordada nesta pesquisa resulta também na observação das redes sociais e o comportamento do leitor.

6 CONCLUSÃO

Viver em uma sociedade essencialmente letrada, com a garantia de seus direitos, e a promoção da cidadania é assegurar uma sociedade com informação e desenvolvimento. Por isto, a prática da leitura e da escrita, por meio da mediação, são muito importantes para os indivíduos.

A escola tem sido encarregada em seu significado apenas para efetivar uma aprendizagem do ato de ler e escrever. Poucas são as reflexões que a sociedade, realmente, tem feito sobre tais atos. Os conhecimentos são repassados pelo registro escrito e, por esta razão, a escola tem-se utilizado da escrita como seu mais autêntico instrumento de saber sistematizado. Contudo, é visto na pesquisa que para além do saber científico e o desenvolvimento profissional, a leitura

tem como uma das principais funções promover a liberdade humana. O estímulo para esta prática em toda sociedade ainda é incipiente, o que demonstra a necessidade da existência de projetos como o Odisseias Literária, que é um exemplo a nível organizacional.

Para tanto, os mediadores buscam demonstrar entusiasmo pela leitura; conhecer as características do processo de leitura a fim de encaminhar a prática; selecionam textos com debates atuais potencialmente significativos para seu público; incentivam o uso da biblioteca, que poderá desenvolver valores porque possui aparato cultural e humano; aprendizagem compartilhada e mútua.

Porém, ainda se percebe que alguns Tribunais Regionais do Trabalho não utilizam a leitura como prática que desperta a consciência e a reflexão, a criatividade e a emoção, que permite o direito à desconexão, a constatação, compreensão e desenvolvimento humano da realidade, mas, sim, a prática comum da oferta de serviços de empréstimo de livros, sem a oferta da personalização de serviços e mediação literária, visto que a cultura de Bibliotecas Especializadas não estimula a prática. Enquanto não ocorrer uma transformação social e total da sociedade dos instrumentos de acesso à arte e à cultura, a leitura crítica e produtiva também não acontecerá.

Educadores, mediadores e sociedade precisam reconhecer que o indivíduo já nasce com um potencial físico e psíquico para ler no mundo quaisquer signos, símbolos que expressem a cultura. É orgânica a leitura de mundo, contudo a construção de práticas e hábitos ocorre por meio da transformação do sujeito “leitor”, ao descobrir e ser descoberto em um conjunto de motivações socioambientais às quais ele responda e com as quais ele se identifica.

A mediação literária existe como meio para desenvolver o gosto da leitura, mas falta a motivação, por inúmeras razões. Nesse cenário, a construção inovadora e as resoluções que determinam a promoção de projetos que estimulem e apoiem a prática social da leitura é de suma importância para a permanência e manutenção dessas ações.

Desta forma, a proposta recai sobre uma nova concepção de mediação e leitura literária a partir do contexto da oferta da qualidade de vida, direitos assegurados em concordância com os ODS da Agenda 2030. Em direção oposta aos ambientes laborais tradicionais, centrados não somente em oportunizar o alcance de metas, mas sim, em nova relação em que o conhecimento encontra-se socialmente contextualizado em convergir com as aprendizagens individuais junto às compartilhadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170>. Acesso em: 05 maio 2023.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. **Mediação da informação e da leitura**. 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/11885460>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BARROSO, Maria Veralice. **A leitura da literatura no contexto da globalização: uma reflexão acerca do ensino crítico de literatura nas escolas públicas do Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado em Teoria da Literatura defendida na Universidade de Brasília, 2006.
- BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 7 Região. Ato TRT7 n. 143, de 16 de dezembro de 2020. **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**, Brasília, DF, n. 3124, 17 dez. 2020. Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1-2. Disponível em: <https://bibliotecadigital.trt7.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtrt7/1891968/BD%20ATO%20PRESI%20143-2020.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 7 Região. Banco de Imagens de eventos - 2022. Disponível em: https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4100:banco-de-imagens-eventos&catid=229&limitstart=1&Itemid=1054. Acesso em: 04 abr. 2023.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. A função social da leitura da literatura infantil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, n. 15, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p47/5235>. Acesso em: 22 out. 2023.
- DANTAS, G. **A arte de criar leitores: reflexões e dicas para uma mediação eficaz**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. São Paulo: Editoras Cortez, 1989.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- GUARALDO, T. de S. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Leitura, informação e conhecimento: notas sobre a leitura de jornal. In: VALENTIM, Marta L. P. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36037109/Gestao_mediacao_e_uso_da_informacao-libre.pdf?1419471783=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DGESTAO_ME_DIACAO_E_USO_DA_INFORMACAO.pdf&Expires=1683496349&Signature=Xx-lakjKvSg95E2Snc1z44H5vXYzNhjWExyr5LmcTG-LTvuHz8cq3qCyKIA-YvZ50v~MMYB161Fh17U1KpJjOM~Or28JqbsIQc-ZbBo98xkBOViFISFxqwOaylO6b5MOXpQpEXQEu5NqStPcC8r

[K303DWKLYHpnfw0D5PYYwqaE1LaHE-PrMG8d6wcRmMgy0oUC71XBrYL2Gsri-ljnw-Fq6FNOL1e8iplHmsll8k~JE11CUgqt-wNPiDRa68qf6t7bQwgR-RDEX06To4DzEp4CfhyIezo aEzio5zewa86ycwZp43Sg0RMpaHRBdY1PDccXGlpkASomNWA Eijvl0RA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=192](https://www.redalyc.org/journal/147/14768130030/14768130030.pdf). Acesso em: 22 out. 2023.

JESUS, Ingrid Paixão de; GOMES, Henriette Ferreira. Dimensões da mediação da informação e suas contribuições para a formação do mediador da leitura: aproximações teóricas e empíricas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14768130030/14768130030.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PORTELA, E. N. .; SANTANA, I. P. da C. A leitura como prática social e aquisição da cultura na escola. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 25–48, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4321971. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/136>. Acesso em: 18 jul. 2023.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

SANTOS, Hellinton Staevie dos; FERREIRA, Manuella Marinho; PASSOS, Naiara Raíssa da Silva. O bibliotecário e a agenda 2030. **Revista Fontes Documentais**, v. 3, p. 429-437, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151175>. Acesso em: 22 set. 2023.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Zahar, 2006.

TARGINO, M. das G. Mediação cultural e da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 16, p. 1–17, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1400>. Acesso em: 26 jul. 2023.